

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A albufeira do Ermal, também designada de Guilhofrei, localiza-se na bacia hidrográfica do rio Ave, no concelho de Vieira do Minho. Constitui-se como um reservatório de produção de energia elétrica e dispõe de algumas estruturas de apoio a veraneantes, designadamente um equipamento de tele-ski, entre outros. Outrora ocorreu nas suas margens o Festival do Ermal, um dos mais concorridos a nível nacional.

O espelho de água e a área envolvente da albufeira pelas suas características únicas e localização regional são muito procurados por frequentadores de diferentes concelhos limítrofes e da região. O facto de se tratar de uma albufeira sensível e ter sido elaborado e aprovado o Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal (POAE), são apenas permitidas atividades lúdicas não poluentes e postas em prática limitações ao nível do plano de água e zona terrestre de proteção destinadas a salvaguardar a qualidade dos recursos e valores naturais, a qualidade da água e a sustentabilidade ecológica e ambiental. O POAE incide sobre o plano de água e respetiva zona terrestre de proteção, a qual tem uma largura de 500 metros contados a partir da linha do nível de pleno armazenamento. A área de intervenção abrange aproximadamente 1048 hectares de superfície.

Há anos atrás foi apresentado um projeto “megalómano” de contornos questionáveis, visando a transformação deste aprazível espaço de lazer e prática de atividades tradicionais pelos residentes, num espaço de concentração de de edificado e construção imobiliária, a pretexto da implantação de um campo de golfe. Em 2006 o chamado “Empreendimento do Ermal” previa, além da construção de um campo de golfe de 18 buracos, uma unidade hoteleira, bungalows, moradias e uma zona residencial de dezenas e dezenas de habitações, por uma área de 70 hectares. Devido a circunstâncias várias, incluindo a vontade e luta de parte da população do concelho de Vieira do Minho, o projeto não saiu do papel.

Recentemente, foi apresentado novamente um projeto similar, que envolve a mesma imobiliária, alguns dos investidores de outrora e contemplará a construção de um campo de golfe de 18 buracos, uma unidade hoteleira e moradias residenciais. Ocupará mais 120 hectares, segundo a

Câmara Municipal de Vieira do Minho.

De acordo com as denúncias a que este grupo parlamentar teve acesso, a população do concelho de Vieira do Minho está muito preocupada com o projeto que a concretizar-se irá alterar por completo a paisagem, a utilização do solo/espço envolvente, agravar os impactos ambientais sobre a albufeira e restringir o direito de passagem e acesso ao espelho de água e margens. Na sua perspetiva trata-se de um projeto que coloca em causa a manutenção das atividades tradicionais realizadas na envolvente e os regulamentos do POAE correlacionados com a preservação ambiental. As pressões exercidas sobre os pequenos proprietários fazem crer que a pretensão dos promotores do projeto é transformar o Ermal em palco de especulação imobiliária.

O Bloco de Esquerda defende que sejam efetuados todos os estudos de impacte ambiental, a qualidade da água, a biodiversidade, a defesa do interesse municipal e o acesso livre a toda área envolvente da albufeira do Ermal.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento da situação exposta?
2. Tem o Governo conhecimento da existência de algum projeto imobiliário para a albufeira do Ermal?
3. Sabe o governo se foi apresentado para aprovação um projeto com a pretensão de ser considerado como tendo estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) na envolvente do Ermal?
4. Estará o Governo disponível para assegurar que o plano de pormenor do Ermal em elaboração não vai pôr em causa as virtualidades de preservação ambiental garantidas pelo POAE atualmente em vigor?

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)